

COMO AGIR?

SEMPRE QUE DETECTAR A PRÁTICA DE COMERCIALIZAÇÃO OU UTILIZAÇÃO DE PRODUTOS FITOFARMACÊUTICOS ILEGAIS COMUNIQUE DE IMEDIATO ÀS AUTORIDADES COMPETENTES – ASAE – AUTORIDADE DE SEGURANÇA ALIMENTAR E ECONÓMICA ATRAVÉS:

Formulário em www.asae.pt
e-mail: correio.asae@asae.pt

Telefone:

21 311 9800 (de 2ª a 6ª das 9 às 17h30)

21 798 3600 (de 2ª a 6ª das 17h30 às 23h e

Sábado das 10h às 13h e das 14h às 18h)

AS DENÚNCIAS SÃO ANÓNIMAS E A RAPIDEZ DE ACTUAÇÃO PODE FAZER TODA A DIFERENÇA. CONTRIBUA PARA A SUA SEGURANÇA ALIMENTAR E A DE TODOS NÓS.

**DIGA NÃO AOS PRODUTOS
FITOFARMACÊUTICOS ILEGAIS
COLABORE NA SUA DENÚNCIA**



CAMPANHA CONTRA A COMERCIALIZAÇÃO E USO DE PRODUTOS FITOFARMACÊUTICOS ILEGAIS



GROQUIFAR

ASSOCIAÇÃO DE GROSSISTAS DE
PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS

Av. António Augusto de Aguiar, 118, 1º
1050-019 LISBOA - Tel. 21 317 26 76

email: groquifar@mail.telepac.pt
www.groquifar.pt



Associação Nacional da Indústria PARA a Protecção das Plantas

Rua General Ferreira Martins, nº 10 - 6º A
1495-137 ALGÉS
Tel.: 21 4139213 - Fax: 21 4139214

anipla@anipla.com
www.anipla.com

DIGA NÃO À COMERCIALIZAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE PRODUTOS FITOFARMACÊUTICOS ILEGAIS!



GROQUIFAR

Mais informações em:

www.anipla.com
www.groquifar.pt



CAMPANHA CONTRA A COMERCIALIZAÇÃO E USO DE PRODUTOS ILEGAIS

O comércio e utilização de **produtos fitofarmacêuticos ilegais e de contrafacção/falsificação** é uma **actividade ilícita, punível com elevadas coimas**.

Os agricultores portugueses que **utilizam produtos ilegais** correm sérios riscos de **danificar as suas culturas, contaminar as suas colheitas e inviabilizar a comercialização dos seus produtos agrícolas**, pela detecção de resíduos não autorizados.

Os produtos fitofarmacêuticos **ilegais são produtos perigosos, que não são testados nem aprovados para os fins para que são usados**.

A sua utilização pode provocar graves prejuízos:

Nas Culturas:

- Não são autorizados para as culturas e problemas a tratar;
- Substâncias activas e adjuvantes de fraca qualidade;
- Contaminação das culturas;
- Degradação dos solos;

Para o Agricultor:

- Danificar a produção agrícola;
- Desrespeito pelas Boas Práticas Agrícolas;
- Contaminação do aplicador;
- Descredibilizar o produtor;
- Inviabilizar a comercialização/exportação dos produtos agrícolas;
- Prejuízos financeiros,
- Ausência de assistência técnica.

Para o Distribuidor:

- Desrespeito pela prática da Venda Responsável;
- Descrédibilização por mau aconselhamento do agricultor/utilizador;
- Aplicação de coimas de elevados montantes;
- Encerramento temporário ou definitivo da actividade de distribuição.

Para o Consumidor

- Alimentos com resíduos não autorizados;
- Insegurança alimentar;
- Desconfiança na produção agrícola nacional.

No Ambiente:

- Contaminação do Solo;
- Contaminação da Água;
- Ausência do Sistema de Recolha de Resíduos de Embalagens.

Em Portugal assistimos ao comércio e uso de produtos fitofarmacêuticos ilegais, com graves consequências ao nível da sua comercialização, e da produção agrícola nacional.

O uso de produtos ilegais é uma actividade proibida e punível com elevadas coimas, que põe em causa a Segurança Alimentar, a Indústria e viabilidade comercial dos Agricultores e Distribuidores nacionais

Com o objectivo de informar, despertar consciências e reduzir substancialmente a prática desta actividade perigosa e ilegal, a ANIPLA e a GROQUIFAR lançam uma campanha contra a comercialização e uso de produtos fitofarmacêuticos ilegais em Portugal e apelam a todos os intervenientes na vida agrícola nacional uma maior vigilância e uma colaboração activa na denúncia desta actividade, danosa para a agricultura portuguesa.

COMO IDENTIFICAR OS PRODUTOS FITOFARMACÊUTICOS ILEGAIS?

Produtos que não se encontram registados/homologados em Portugal:

- O rótulo do produto não se encontra em português;
- O rótulo do produto encontra-se em português mas sem o número de AV – Autorização de Venda ou APV – Autorização Provisória de Venda.

Produtos contrafeitos/falsificados:

- Produtos cujo conteúdo foi adulterado, através da violação da embalagem, ou cuja constituição contém substâncias activas ou coadjuvantes de fraca qualidade e cuja utilização poderá danificar as culturas e ter efeitos adversos para o aplicador, consumidor e ambiente.